



Organização das Nações Unidas  
para a Alimentação  
e a Agricultura

Relatório síntese – sumário executivo

# Estudo sobre o estado da arte da Agroecologia na CPLP

Maio de 2022



©Paulo Sousa

ORGANIZAÇÃO  
**aCtuar**

PARCEIROS



CPLP  
Comunidade dos Países  
de Língua Portuguesa



**MSC**  
CONSAN - CPLP

## **FICHA TÉCNICA**

**Coordenação técnica**  
Valkiria Spring - ACTUAR

**Consultor principal**  
José Ferreira

### **Consultores nacionais**

Carlos Cambuta; Célia Sapalo; Ilídio Barbosa Miguel; Laetícia Jalil; Maria Emília Lisboa Pacheco; Aguinaldo David; Jocelina Carvalho Monteiro; Cherno Talato Jaló; Amadú Tidjane Sal Babagalle; Manuel Consolo; Nzira Razão de Deus; Luis Muchanga; Carlos Renato Ramos Tavares; Fabíula Exposto Dias Pereira e Fernando Soares.

## **AGRADECIMENTOS**

Amadú Tidjane Sal Babagalle; Aurora Santos; Cherno Talato Jalo; Emma Siliprandi; e Francisco Sarmento.

ADAPPA - Associação para o Desenvolvimento Agropecuário e Proteção do Ambiente;

ADRA - Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente;

AMAR - Amo Meio Ambiente Rural;

Associação dos Amigos da Natureza;

Centro de Aperfeiçoamento Técnico Agropecuário (CATAP);

FAO São Tomé e Príncipe;

FBSSAN - Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança

Alimentar e Nutricional;

Ministério de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural de STP;

Plataforma de Camponeses da CPLP;

Rede das Margaridas da CPLP;

ROSA - Rede de Organizações para Soberania Alimentar;

## ESTUDO SOBRE O ESTADO DA ARTE DA AGROECOLOGIA NA CPLP

A Plataforma de Camponeses da CPLP aponta o fortalecimento da Agricultura Familiar com base nos conceitos da Agroecologia como solução para combater a fome, a pobreza e alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) até 2030. Solução esta acolhida pelos diferentes membros e participantes do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (CONSAN-CPLP), incluindo governos locais e organizações internacionais.

O Centro de Competências para a Agricultura Familiar Sustentável da CPLP (CCAFS) surge do apelo lançado por organizações de agricultores/as familiares reunidos no Mecanismo da Sociedade Civil do CONSAN-CPLP (MSC-CONSAN) durante o primeiro Fórum da Agricultura Familiar e Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (FAFSAN I). Face a este apelo e ao estudo prévio realizado pela ACTUAR<sup>1</sup>, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), a CPLP, a ACTUAR – Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento e o Ministério de Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural de São Tomé e Príncipe mobilizaram esforços para estruturar e iniciar as atividades do CCAFS. O seu lançamento em 2021 contou com o apoio do Programa Técnico de Cooperação para o Desenvolvimento do Centro de Competências para a Agricultura Familiar Sustentável da CPLP (TCP/INT/3708).

O presente relatório sintetiza os resultados do estudo sobre o Estado da Arte da Agroecologia na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), realizado no âmbito deste programa.



Figura 1 - Capacitação do CCAFS em novembro de 2021, São Tomé e Príncipe

1 ACTUAR - Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento - ESTUDO PRÉVIO - Centro de Competências para a Agricultura Familiar Sustentável, 2019.

## OBJETIVO DO ESTUDO

O estudo foi desenvolvido com o objetivo de construir uma base atualizada de conhecimento sobre o estado de desenvolvimento da Agroecologia na CPLP a partir da situação em cada país, permitindo, assim, apoiar a elaboração de recomendações ao CONSAN-CPLP e respectivos Estados-Membro sobre Agricultura Familiar Sustentável e a Agroecologia, bem como o planeamento de ações e políticas públicas concretas e apoiar o desenvolvimento e o fortalecimento da Rede multiatores de Agroecologia da CPLP.

## METODOLOGIA

Para retratar a realidade da Agroecologia em cada um dos países da CPLP, participaram do estudo pontos focais, em cada um dos países, com a responsabilidade de organizar as informações a nível nacional. Para apoiar os pontos focais, foi produzido um guia de levantamento de informações a nível nacional. Posteriormente, estas informações foram compiladas e harmonizadas pelo consultor principal.

## RESULTADOS

A análise demonstrou que os países da CPLP se encontram em situações bastante diversas quanto ao engajamento do Estado e das organizações da sociedade civil na promoção da Agroecologia. Isto é fruto de realidades agrárias muito distintas, não só quanto a extensão de superfície agrícola do país, a importância económica do setor e a situação da balança alimentar, mas também quanto a história e desenvolvimento dos seus sistemas alimentares. Apesar dessas diferenças, todos os países são, em alguma medida, influenciados pela Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade (ESAN-CPLP), cujo ponto de partida é a criação de conselhos consultivos, com a participação da sociedade civil.

Brasil e São Tomé e Príncipe são países muito diferentes. Não obstante, apresentam uma política de agroecologia consolidada. Em ambos processos nacionais, foi possível identificar elementos comuns (ver Figura 1). Por um lado, surgiu um movimento agroecológico a partir de uma aliança nacional de organizações de difusão de agriculturas alternativas (2) a partir de uma miríade de projetos locais (1). Por outro lado, existia um movimento forte da sociedade civil pelo Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequada (4) capaz de abrir espaços de diálogo com o governo (5). É precisamente nestes espaços que o movimento de agriculturas alternativas se encontra com um movimento de DHANA, criando um movimento agroecológico (7) e estimulando, assim, a criação de políticas de Segurança Alimentar e Nutricional fortemente influenciadas pela visão agroecológica da agricultura (8).

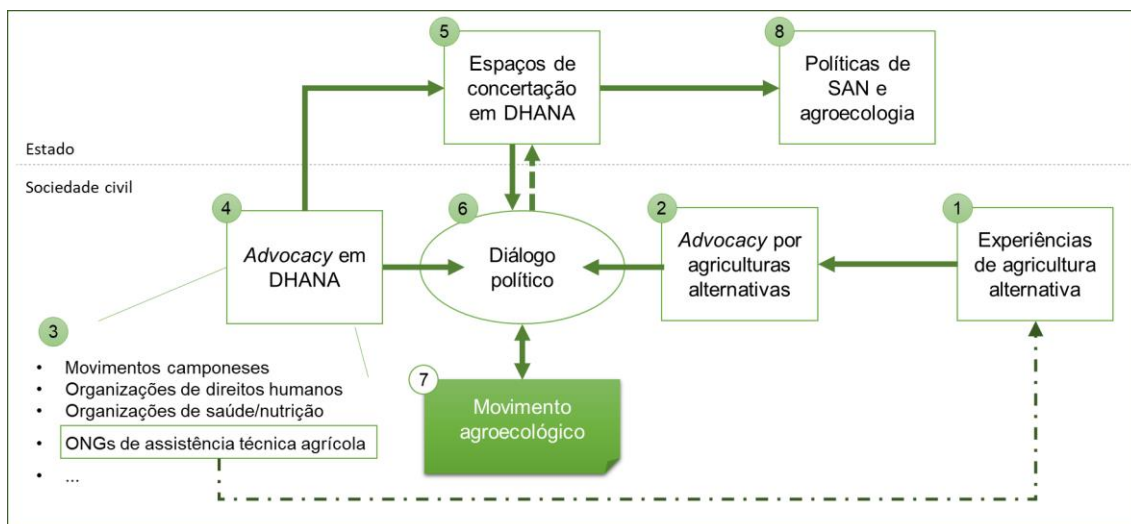


Figura 2 – Constituição de um movimento e políticas agroecológicas

Cabo Verde apresenta muitas semelhanças com São Tomé e Príncipe. As diferenças são muito mais uma função das limitações do país para a produção agrícola e, portanto, o menor desenvolvimento do setor agrário, do que relacionadas com a menor organização da sociedade civil e interlocução com o governo.

Os Estados e a sociedade civil dos demais países da CPLP podem se inspirar neste processo para fortalecer o seu movimento agroecológico e suas políticas nacionais de SAN e Agroecologia. Atenção especial deve ser dada àqueles países nos quais as famílias agricultoras representam a maioria da população e, frequentemente, se encontram em situação de pobreza e privadas dos seus Direitos Humanos: Angola, Guiné-Bissau e Moçambique. A este grupo se acrescenta Timor-Leste onde mais de um terço da população vive nas mesmas condições.

Nestes países notou-se, por um lado, a existência de organizações de advocacia pelo DHANA, em diálogo com os respetivos governos nacionais. Não obstante, os resultados desse diálogo não são institucionalizados e dependem da abertura das pessoas que compõem o governo. Por outro lado, existem várias experiências locais de agricultura alternativa promovidas pela cooperação internacional. Estas experiências começam a se articular em redes nacionais.

## RECOMENDAÇÕES

As recomendações aqui apresentadas buscam criar condições para que os demais países da CPLP tirem partido das lições aprendidas no Brasil e São Tomé e Príncipe. No entanto, vale notar que esta estratégia deve servir também para robustecer o movimento agroecológico nestes dois países, seja fortalecendo a legitimidade da sua experiência, seja estimulando a sistematização e reflexão sobre ela.

### 1. Criar uma rede regional de agroecologia

Esta rede deverá ter como objetivos:

- Promover a articulação de experiências em Agroecologia a nível regional;
- Onde não existam, estimular a criação de redes nacionais com objetivos similares;
- Aproximar as organizações de Agroecologia de organizações de advocacia pelo DHANA.

Este trabalho deve envolver todos os países da CPLP. Não obstante, Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e Timor-Leste devem ser países prioritários nesta ação.

## 2. Dar visibilidade às iniciativas de Agroecologia no Brasil e São Tomé e Príncipe

Este deverá ser também o objetivo da rede regional de Agroecologia. Não obstante, ela merece destaque pois é o conteúdo mínimo em torno do qual é já possível construir a rede.

Por outro lado, as iniciativas brasileiras passam, na conjuntura atual, por dificuldades decorrentes da agenda negativa do governo federal. Dar-lhes visibilidade em outros países é também uma forma de as fortalecer em seu país de origem.

## 3. Capacitar agentes públicos em Agroecologia

Com o objetivo de facilitar a abertura de espaços institucionais de diálogo com a sociedade civil, recomenda-se a produção de um curso de Agroecologia destinado a agentes públicos. Este curso deverá dar instrumentos para aliados da sociedade civil colocarem uma agenda agroecológica dentro das instituições estatais.

Mais uma vez, embora este curso deva ser acessível a técnicos de todo os países da CPLP, ele deverá ter como alvos prioritários os técnicos de Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e Timor-Leste.

Estas e outras recomendações são descritas com mais detalhes no estudo integral.

Para mais informações, entre em contato através do e-mail: [geral@actuar-acd.org](mailto:geral@actuar-acd.org)